

## **O SUJEITO EM ATOS E OS FATOS INSTITUCIONAIS: PARA QUEM TRABALHAMOS AFINAL?**

*Natália Bernardes Palazzo Buiatti\**

*Natália Galdiano Vieira de Matos*

*Prof. Dr. Caio César Souza Camargo Prochno*

*Universidade Federal de Uberlândia*

*natpalazzo@yahoo.com.br*

*nataliagaldiano@yahoo.com.br*

*caioprochno@terra.com.br*

### **1. Introdução**

O presente trabalho é um recorte da pesquisa intitulada "O que vale nesta vida é o repente: Trajetórias de Vida e Acontecimentos Criminais", desenvolvida no Programa de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, desde Outubro de 2012. Tem como perspectiva a apresentação da Política de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais, a partir das reflexões de profissionais que tiveram experiências diferentes nos Centros de Prevenção a Criminalidade de Uberlândia. Inclui-se à análise e olhar do gestor sua participação como pesquisador em psicologia social, que durante sua atuação, iniciou tal pesquisa. Tal análise é igualmente compartilhada com a experiência de uma técnica social, profissional da Psicologia, que atuou no Programa de Inclusão de Egressos do Sistema Prisional.

As reflexões apresentadas neste escopo são respaldadas por diferentes referências, documentos produzidos pelos atores da Política de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais, autores franceses da Psicocriminologia, como Loick Villerbu e Astrid Hirschelman, entre outros. As concepções teóricas contribuem com uma ressignificação no que se refere à violência e criminalidade no contexto desta Política (SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS, 2009; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2009; VILLERBU, 2009; HIRSCHELMAN, 2012).

Desta maneira, parte-se de uma breve contextualização da Política de Prevenção em Minas, utilizando-se dos referenciais que a respaldam. Em seguida, são trazidas teorias como a Psicocriminologia, corrente francesa da Universidade de Rennes e autores psicanalíticos como Luís Cláudio Figueiredo, que escolhidos pelas autoras, servirão na análise de suas ações e práticas vivenciadas no Centro de Prevenção à Criminalidade de Uberlândia. Este trabalho também visa contribuir com a reflexão do papel do psicólogo

nas instituições de Direito e de Segurança Pública, trazendo alguns questionamentos sobre a normatização da subjetividade exercida no campo jurídico.

## **2. Breve contextualização da Política de Prevenção à Criminalidade**

A Superintendência de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais, e com ela sua Política de Prevenção, foi criada em 2003, a partir da configuração da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) pelo Governo de Minas Gerais. Respalhada pelo Plano Estadual de Segurança Pública previa a inauguração de programas e ações em locais com alto índice de criminalidade, com a participação da comunidade e articulação da SEDS com os governos estadual, municipal e federal. Neste Plano, com o objetivo de diminuir a criminalidade e violência, foram formuladas estratégias de repressão qualificada e prevenção à criminalidade (SEDS, 2009).

Após diagnóstico da criminalidade, desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, apresentado em um colegiado constituído por Polícias Civil e Militar, Defensoria Pública e Corpo de Bombeiros, seriam implantados os Programas de Prevenção à Criminalidade em determinadas cidades. Sendo eles programas de base municipal e local. Os programas de base municipal seriam aqueles de prevenção secundária e terciária, podendo ser constituídos a partir da parceria com o Poder Judiciário e voltariam a atenção a públicos específicos, como os egressos do sistema prisional e pessoas em cumprimento de penas e medidas alternativas. Os programas de base local visariam a prevenção primária, necessitando de um estudo prévio para sua implantação em uma área específica da cidade, com alto índice de homicídios de jovens. Além disso, este programa previa a implantação conjunta do Grupo Especializado de Policiamento de Área de Risco (GEPAR) da Polícia Militar de Minas Gerais (SEDS, 2009).

Convém ainda dizer que a execução desta política é gerenciada em parceria com uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Instituto Elo, fundado em 2005 e que dentre várias funções assumidas em termo de parceria com o Governo de Minas Gerais, busca sobretudo, dar mais dinamismo, efetividade e eficácia às ações previstas pela política estadual.

Na cidade de Uberlândia três Centros de Prevenção à Criminalidade foram criados, nos bairros Tabajaras, Morumbi e Canaã, sendo este último implantado em 2013, os demais em 2006. Neles os Programas de Prevenção à Criminalidade: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional, Central de Apoio e Acompanhamento das Penas e

Medidas Alternativas à Prisão, Programa FICA VIVO! e Programa de Mediação de Conflitos.

Os Centros de Prevenção de Uberlândia contam com um gestor, tendo cada Programa técnicos e estagiários de diversas áreas acadêmicas, Psicologia, Direito, Serviço Social e Ciências Sociais que, juntos, atendiam de diferentes maneiras quase dois mil usuários por mês.

O gestor é o responsável pela representação da Política no município, articulação da rede, articulação entre os Programas, estruturação de projetos, gestão de pessoas, sistematização de informações e infraestrutura dos Centros de Prevenção. Os técnicos são responsabilizados para atender ao público e fazer encaminhamentos necessários, contribuir com a divulgação da Política no município, mapear a rede e estabelecer parcerias, organizar ações locais, participar de ações do município, elaborar relatórios, supervisionar estagiários, realizar grupos temáticos, visitas domiciliares e elaborar e acompanhar projetos.

Vale destacar que um plano de capacitação e um acompanhamento de supervisão metodológica é pensado para cada Programa e faz parte da rotina dos mais de 400 profissionais da Política de Prevenção e que além da Equipe local, há equipes de coordenação e Direção dos Programas ligadas à Coordenadoria Especial de Prevenção a Criminalidade/SEDS e supervisores metodológicos e equipe administrativa, de comunicação e de recursos humanos do Instituto Elo que coordenam e apoiam a execução estadual das atividades previstas.

O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) tem como objetivo atender pessoas que sofreram processos de criminalização e cerceamento de liberdade e seus familiares, a fim de diminuir os efeitos, estigmas e exclusões relacionados ao aprisionamento, oferecer condições para a retomada à vida social coletiva, promover o distanciamento dos fatores que provoquem a reincidência criminal e ampliar condições para conhecimento e acesso aos direitos previstos na Lei de Execução Penal. Assim as ações realizadas neste Programa são: estabelecer parceria com sistema prisional, poder judiciário e rede municipal; acolhimento do público em atendimentos individuais ou em grupos; encaminhamentos para escolarização, formação profissional, defensoria pública, saúde, mercado de trabalho, entre outros; realização de grupos reflexivos; visitas institucionais e domiciliares; divulgação do Programa à comunidade e rede institucional (SEDS, 2009).

A Central de Apoio e Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas à Prisão está em conformidade com as Regras Internacionais de Tóquio, 1990, na qual se propunha medidas e penas alternativas à restrição de liberdade, a partir da concepção do Direito Penal Mínimo. Sendo assim, o público atendido no programa são pessoas que cumprirão penas restritivas de direitos, tendo cometido infrações de menor gravidade, com penalidade menor do que quatro anos e sendo réu primário. Como penas e medidas alternativas à prisão compreendem-se as penas pecuniárias, prestação de serviços à comunidade, perda de bens e valores, limitação de fim de semana, interdição temporária de direitos, proibição de exercício de cargo, atividade pública ou mandato eletivo, proibição de frequentar determinados locais, entre outras. Dessa forma, cabe aos técnicos da Central criar e oferecer condições necessárias ao cumprimento das medidas alternativas, envolvendo diversos atores sociais, buscando resgatar o caráter educativo da medida, a minimização das vulnerabilidades dos atendidos e a emancipação de sua cidadania. Para isso, se fazem necessárias parcerias com o Poder Judiciário, instituições e comunidade local (SEDS, 2009).

O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! visa a proteção de jovens de 12 a 24 anos que vivem em territórios marcados pelo fenômeno da violência e altos índices de criminalidade. Fica Vivo! conta com dois eixos norteadores, proteção social e ações estratégicas de intervenção. Estas ações são desenvolvidas em articulação da SEDS e Secretaria de Justiça, visando ações delimitadas de repressão qualificada, respeitando os direitos humanos e a segurança das pessoas, de maneira a contribuir com a redução de homicídios. Faz parte deste eixo o Grupo de Intervenção Estratégica, no qual se encontram diferentes instituições de Justiça e de Defesa Social (Ministério Público, Sistema Prisional, Juízes Criminais, Polícia Militar e Polícia Civil) para refletirem e traçarem estratégias conjuntas referentes a determinadas situações de risco de homicídios, focando, sobretudo na proteção juvenil das "áreas de risco". No eixo da Proteção Social estão incluídas ações junto aos jovens da região, na qual fora estabelecido o Centro de Prevenção. Essas ações promovidas pelos técnicos, que circulam pela localidade, objetivam a emancipação dos jovens, a facilitação de acesso aos serviços públicos municipais, a articulação entre diversos atores sociais e a problematização das violências sofridas pelos jovens e moradores locais. Como ações destacam-se o desenvolvimento de oficinas artísticas e esportivas, a criação de projetos locais e municipais e fóruns comunitários para discussões e resoluções de conflitos (SILVA, 2008; SEDS, 2009).

O Programa Mediação de Conflitos, localizado no Centro de Prevenção à Criminalidade de base local, atua em três níveis, individual, coletivo e comunitário. Baseia-se na Teoria do Capital Social e na metodologia da pesquisa-ação, assim, busca promover atitudes de autonomia e construção de redes sociais que se mobilizam em proveito mútuo. O técnico do Programa atua no papel de mediador na busca de resolução de conflitos nestes três níveis, priorizando o acesso às informações, a efetivação dos direitos humanos, o fomento às formas associativas e discussões e fóruns comunitários. O público do Programa são as pessoas da comunidade local, que procuram o técnico e lhe apresentam uma demanda individual ou coletiva (SEDS, 2009).

Como esboçado acima a Política de Prevenção de Minas Gerais desde a sua implementação assumia o desafio de fomentar um novo paradigma de segurança pública que garantiria em primeiro lugar a qualidade de vida, constituindo em um instrumento que visava não somente o controle social, mas sim um exercício da liberdade, no sentido de autonomia. Os colaboradores da constituição do Plano Estadual de Segurança Pública reconhecia que a criminalização do ato não era a única resposta, mas uma dentre várias soluções possíveis para lidar com condutas sociais consideradas indesejadas. Diante disso, os Programas tinham como meta a diminuição da vulnerabilidade do criminalizado frente ao sistema penal e a tomada de consciência do papel que ele assume enquanto criminalizado, trabalhando com medidas de reversão dos fatores de risco à criminalização por meio de fatores de proteção social (Idem).

Vários seriam os desafios encontrados pela Política de Prevenção, no cenário em que, até então, valorizava-se a repressão e não havia espaço para a prevenção. Trazia ainda o desafio de uma construção metodológica inovadora, das ações interdisciplinares e da tentativa de dar espaço e voz ao sujeito muitas vezes silenciado. Para assumi-lo diferentes autores e ideias foram utilizados e convidados a dialogar, dentre eles Cláudio Beato, Luís Eduardo Soares, Luis Flávio Saporì, Loic Wacquant, Alba Zaluar, Maria Lúcia Karam, Milton Santos e Eugênio Zaffaroni. No entanto, as ações cotidianas nos Centros de Prevenção como atendimentos, preenchimento de relatórios e encaminhamentos, as respostas exigidas pelo Governo (Metas) para justificar a manutenção e fortalecimento da Política, o diálogo divergente com as instâncias do Sistema Penal, de Justiça e da própria Segurança, se apresentavam, muitas vezes, como obstáculos à escuta livre e à autonomia do sujeito, idealizadas na construção da Política de Prevenção.

Nesse sentido, este texto, em consonância com a responsabilidade da Psicologia de ter uma escuta peculiar das diversas vozes, do sujeito e institucionais, de realizar uma

análise das experiências considerando desejo e objetivos que estão para além da aparência e de apontar caminhos, possibilidade e saídas, vem contribuir com uma análise diferencial das práticas cotidianas nos Centros de Prevenção. Cabe ressaltar que as reflexões trazidas devem ser consideradas com uma pequena contribuição a este enorme desafio proposto. Para tanto, foram escolhidos alguns referenciais, que não devem ser tomados como verdades, mas sim como fomentadores de uma discussão profícua. Serão apresentadas algumas reflexões da Psicocriminologia e psicanálise, que posteriormente contribuirão com as análises da prática. Alguns pontos de reflexão comuns, tanto nestes referenciais quanto no cotidiano da Prevenção, serão trabalhados: envolvimento criminal, reincidência, agressão e acontecimento criminal, por exemplo. A psicanálise servirá para a compreensão do sujeito ante algumas normatizações próprias do campo jurídico e contribuirá para pensar sobre as diferentes abordagens possíveis em relação a fala e a acontecimentos nos campos psi, jurídicos e de intervenção social.

### **3. Criminalidade e Prevenção à luz da Psicocriminologia e outras abordagens**

A Psicocriminologia, campo de saber assim denominado em centros de estudo europeus e em alguns países da América Latina hispânica, pretende incluir os aspectos subjetivos para uma maior compreensão da situação/ação criminal, considerando o autor, a vítima e questionando estes lugares/posições sociais, sem contudo centralizar as explicações de um acontecimento no sujeito em si, visando superar as explicações psicopatológicas sobre o crime (HIRSCHELMAN, 2012).

Quando o profissional se atém no papel de buscar as razões individuais do acontecimento criminal ele se arrisca a "subjetivizar" o crime, colocando o sujeito como principal responsável do fato e ignorando o que cada acontecimento deste tipo representa enquanto uma resultante histórico-social.

De acordo com esta abordagem, o interesse de diversas áreas científicas na compreensão de um ato criminal inicialmente se respalda na tentativa de encontrar o *porquê*, mas rapidamente se depara com o impasse do indizível e do parcialmente explicável. Neste impasse, as diversas teorias analisadas encontram como solução a estigmatização redutora, focando ora no sujeito e sua personalidade, ora no ato criminal (HIRSCHELMAN, 2012).

Analisando as práticas penais em diversos países, Wacquant (apud OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2009) fala sobre algumas tendências comuns que podem ser observadas de

maneira generalizada nos diferentes contextos que abordam a criminalidade. Uma delas seria a "celebração da responsabilidade individual", seguindo a lógica neo-liberal em vigor. Estar atento a esta observação pode ser de grande auxílio no que tange a diferenciação da busca de autonomia do sujeito e da tendência de promoção da responsabilidade individual. Este posicionamento permite identificar os limites entre autonomia, responsabilização individual e maximização da precariedade.

Outro traço comum seria a multiplicação dos recursos e das inovações tecnológicas no enfrentamento da criminalidade, o que poderia facilmente englobar a tendência a uma produção de dados e de processos burocráticos, comumente usadas nestes contextos, sob o pretexto de uma "qualificação" das informações recebidas, quase ignorando os riscos de estar seguindo uma tendência de "estigmatização", o que ela coloca como "perfilamento dos criminosos", dinâmica característica destes contextos atualmente (WACQUANT apud OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2009).

A busca clara se respalda em uma compreensão das razões e das condições do envolvimento criminal, o que é comumente respaldado em posições dicotômicas de um indivíduo como a de "autor/vítima", "agressor/agredido".

Villerbu (2003), contribui a ampliar o campo de estudos sobre a vitimologia e a agressologia, superando a oposição destes conceitos. O autor mostra que, em um olhar analítico do sujeito, há uma instabilidade no seu posicionamento enquanto autor e vítima diante de um acontecimento criminal. O autor ainda apresenta reflexões sobre outras posições instáveis como a vulnerabilidade:

Certamente a reflexão contemporânea é tida como uma evidência, atualmente conclusiva, que uma 'vitimologia' precederia uma 'agressologia', mas a razão de relacionar periculosidade/vulnerabilidade vai além desta oposição. Isto é menos para definir um estado do que para compreender uma posição de vulnerabilidade inserida em um mundo, o minando e conduzindo à implosão. <sup>1</sup> (VILLERBU, 2003, p. 9).

É comum, tanto em algumas leituras em Psicocriminologia, quanto em discussões e construções teóricas dentro da Política de Prevenção, encontrar a superação de alguns conceitos comuns em segurança pública, como a relação entre vulnerabilidade e periculosidade, a posição instável de autor/vítima e a relação, nem sempre direta, entre crime e violência.

---

<sup>1</sup> VILLERBU (2003). Tradução de Buiatti. Trecho original: "Certes la réflexion contemporaine est saisie comme d'une évidence, maintenant accomplie, qu'une victimologie précéderait une agressologie, mais le propos sur les rapports dangerosité/vulnerabilité est au delà de cette opposition. il s'agit moins de définir un état qu'une position vulnérante travaillant à l'intérieur d'un monde, le minant et conduisant à l'implosion." (pag. 9)

Estes questionamentos e reconsiderações se fazem necessários em um movimento de mudança de paradigma no campo da Segurança Pública, como é citado também dentre os objetivos da Política de Prevenção: "consolidar um novo paradigma que rompa com os moldes tradicionais buscando efetivar a participação da sociedade e os direitos fundamentais como condição primária à segurança pública." (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2009, p 13).

Os mesmos são possíveis apenas dentro da perspectiva de escuta analítica e de prática ampliada entorno dos acontecimentos criminais. Há pouco tempo atrás, no Brasil, esta escuta era quase exclusiva aos profissionais de Direito, Policiais, Agentes, Escrivãos. Hoje, é neste campo em que diversos profissionais encontram possibilidades de análise e prática interventiva, dentre eles a Psicologia, atualmente presente em grande parte das instituições de justiça e de segurança pública. Dentro desta prática já consolidada há atualmente um espaço de questionamento sobre a mesma. Um questionamento que pense os limites e possibilidades deste profissional dentro destas instituições diante de inúmeras divergências de interesse e de possibilidades de intervenção limitadas relacionadas à autonomia do sujeito.

Todos os campos de encontros entre a Psicologia e o Direito merecem um amplo estudo e muita atenção. Em algumas instituições, o psicólogo se coloca como serventário da Justiça. No entanto, por fundamento, ele deveria servir ao Sujeito em primeiro plano. Compreende-se que o tempo institucional e as demandas das instituições de justiça são bastante diretivas, enquanto que a Psicologia em seu princípio vem justamente dar espaço à não resposta, ao vazio, à dúvida. Contrariamente a uma interpretação assertiva do dito, a Psicologia, por concepção, normalmente traz uma leitura possível do não dito.

Villerbu (2003) chama a atenção para o problema relacionado ao momento em que o especialista da área da Psicologia é chamado a opinar em segurança pública, como nos laudos, principalmente os que tratam sobre a "periculosidade" e que embasam decisões sobre possíveis reincidências criminais:

O problema da reincidência das infrações e dos crimes questiona os critérios de definição sobre a periculosidades criminológica e psiquiátrica, na interface dos saberes judiciais, das referências psico-patológicas, na interface das questões de prevenção, o que a faz parte do jogo permanente das políticas sanitárias, sociais e criminais (VILLERBU, 2009, p.14).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Villerbu, 2009. Tradução de Buiatti. Trecho original: Le problème de la réitération des infractions et des crimes interroge les critères de dangerosité criminologique et psychiatrique, au croisement de savoirs judiciaires, de références psycho-pathologiques, au croisement des questions de prévention, dans le jeu permanent des politiques sanitaires, sociales et criminelles (VILLERBU, 2009, p.14).



Mais uma vez, fica claro o paradigma da Prevenção centrado na possibilidade de reincidência, o qual é discutido também por Ambrosi, fazendo uma análise interessante sobre a "avaliação de risco":

As teorias sobre a periculosidade se anulam umas às outras, mas discorrem geralmente todas diante de uma mesma conclusão que é aberrante predizer a periculosidade criminológica de um sujeito, sem contar o problema ético de atentado à liberdade do outro que o falso prognóstico pode causar (Hirschelman in Villerbu, 2009, p. 61)<sup>3</sup>

Ela propõe ainda algumas possibilidades de avaliação de risco, mas que de forma alguma estão centralizadas no sujeito, ou na sua trajetória de acontecimentos. Ao propô-las ela sugere um quadro com quatro determinantes: personalidade do sujeito, a vítima, do meio, e da situação.

Villerbu (2009), ao discorrer sobre o papel da Psicologia diante destas demandas, cita um artigo de Portelli apresentado pelo jornal Le Monde em 1996, dizendo sobre o deslocamento da "expertise psi" na esfera judicial, o mesmo enfatiza:

O especialista psiquiátrico tiraria proveito em retroceder à sua especificidade. A não mais responder às mil questões, as quais em sua maioria não são de sua competência. A recusar a representar o vidente. A não mais intervir em todos os estados do processo, nem por todos os atores: pelo suspeito, antes da pena, pela vítima para julgar sua credibilidade, seu traumatismo[...]. A melhor delimitar seu campo, a saber dizer não às solicitações de uma população amedrontada e de uma justiça desamparada." (Portelli in Villerbu, 2009, nota p. 14)<sup>4</sup>

O posicionamento central da psicologia é diante do sofrimento, diante do conflito. Conflito, por exemplo, que o comportamento delinquente faz aflorar e diante das reações sociais que normalmente o sucedem. O sujeito que aparece enquanto ele é autor de um conflito intrapsíquico e inter-relacional, ou ainda, a considerar o crime enquanto marca de um conflito referente à imposição de uma norma social. (HIRSCHELMAN, 2009; HIRSCHELMAN, 2012)

Para Zaffaroni “cada criminalização é uma forma de manifestar um conflito e cada

---

<sup>3</sup> Villerbu, 2009. Tradução de Buiatti. Trecho original: "Les théories sur la dangerosité se chassent les unes les autres mais capitulent toutes devant la même conclusion qu'il est aberrant de prédire la dangerosité criminologique d'un sujet, sans compter le problème éthique de l'atteinte à la liberté d'autrui que le faux pronostic entraîne" (Hirschelman in Villerbu, 2009, p. 61).

<sup>4</sup> Villerbu, 2009. Tradução de Buiatti. Trecho original : L'expert psychiatre gagnerait à revenir à sa spécificité. A ne plus répondre aux milles questions dont la plupart ne sont pas de son ressort. A refuser de jouer au devin. A ne plus intervenir à tous les stades du procès, pour tous les acteurs: pour le suspect, avant la peine, pour la victime pour juger de sa crédibilité, de son traumatisme...A mieux délimiter son champ, à savoir dire non aux sollicitations d'une population apeurée et d'une justice désamparée". (Portelli in Villerbu, 2009, nota p. 14)

conflito tem particularidades próprias. A prevenção deve ser um meio prático de resolver tais conflitos.” (apud SEDS, 2009, pp. 23,24)

Neste sentido, percebe-se que há uma lógica que permeia a concepção da Prevenção que é a da necessidade de intervenção e resolução de conflitos. Há, além de uma demanda individual, uma expectativa coletiva neste sentido, à qual, seja a Prevenção, seja a Psicologia são chamadas a responder, como mostra também Hirschelman ao afirmar que o crime se situa no centro de uma interação (no mínimo individual e coletiva):

[...] Ele (o conflito) se situa no centro de uma interação a qual a psicopatologia deve considerar não respondendo somente às necessidades e sofrimentos do indivíduo, mas também, por esta via, às expectativas da sociedade (HIRSCHELMAN, 2012)<sup>5</sup>

Pela sua condição interacional, humana e cultural, a fala se coloca dentro dos objetivos da prevenção como um importante potencial. A fala é um instrumento de trabalho, da Psicologia, das instituições de justiça e de outras esferas da Defesa Social, no entanto, cabe apontar algumas divergências quanto ao seu uso nestas instâncias e, mais uma vez, utilizar o saber psicológico para reconhecer alguns impasses.

Na situação analítica, a fala porta justamente um "imperativo de renúncia ao dizer, no modo de um desdizer do dizer" (LOPARIC apud FIGUEIREDO, 1994, p. 27). É uma linguagem inaugurada a partir de uma escuta peculiar, por meio da qual se potencializam a capacidade de nomear e significar (MAGALHÃES apud FIGUEIREDO, 1994, p. 31). Contrariamente, a fala nos rituais jurídicos só é válida enquanto verdade. Esta busca pela verdade pode ser identificada nos juramentos proferidos pelo escrivão aos réus e testemunhas: "Jura dizer a verdade, somente a verdade sob as penas da lei?". Considera-se que em um processo a fala desdiz o sujeito, muito mais do que o revela.

Outro elemento importante considerado nas situações de abordagem, inquérito, processo e penalização é o acontecimento, o fato, o momento em que o sujeito faz algo que é considerado crime. Como mostra Foucault (1977) (ao relatar o dossiê criminal de Pierre Rivière), um acontecimento criminal porta um dizer sobre uma história, fundamentalmente coletiva, de um lugar e de um tempo e a consideração a respeito do crime responde igualmente a uma lógica de verdades histórico-sociais.

O saber psicológico auxilia no reconhecimento do sujeito como *em situação*, opondo-se a uma leitura linear determinista de causa-efeito de um acontecimento. É

---

<sup>5</sup> Hirschelman, 2012. Tradução de Buiatti. Trecho original: Il se situe par conséquent au centre d'une interaction dont la psychopathologie doit tenir compte en ne répondant pas seulement aux besoins et souffrances de l'individu, mais aussi, et par ce biais, aux attentes de la société (Hirschelman, 2012 p 8).

necessário entender que o sujeito envolvido em um ato criminal traz consigo um conflito, e o que nele compreende, sua situação social, sua história, sua personalidade, as consequências da passagem ao ato, a reação social, seus conflitos psíquicos e relacionais e sua oposição situacional a determinadas normas sociais (HIRSCHELMAN, 2012).

Segundo Figueiredo (2004) há dois momentos em cada acontecimento com “uma quebra de sentido [...] e a re-emergência de sentido que, em seguida – com intervalos mais ou menos longos – (re) constitui passado e descortina um novo futuro” (p. 155). Para o autor, o sentido do acontecimento não é dado nem pelo passado, nem pelo presente, mas é um sentido a posteriori, sem que este a posteriori lhe confira uma estabilidade de sentido, pois há sempre possibilidades de resignificação, inclusive a partir dos novos acontecimentos.

Para Villerbu (2008) o acontecimento criminal, além de ser um conjunto de variáveis objetiváveis, traz impactos e repercussões, podendo promover eventuais reorientações existenciais.

Na Política de Prevenção, o acontecimento criminal é reconhecido no tempo, na história e no lugar e a penalização não é a única resposta possível a este fato (SEDS, 2009). Além disso, os autores da Política também identificam a tentativa de normatização e institucionalização das ações humanas e suas subjetividades através do crime e da Justiça:

Crime, de acordo com o Código Penal Brasileiro, é a infração penal a que a lei comina pena, ou seja, é uma forma de classificação de fatos sociais. O crime não é um fenômeno ontológico, mas uma qualidade dada a determinadas condutas, uma resposta escolhida pelo Estado para lidar com situações entendidas como inadequadas para aquele grupo social. Criminalizar o ato não é a única resposta, mas uma dentre várias soluções possíveis para lidar com condutas sociais consideradas indesejadas, escolhida num determinado tempo histórico. O mesmo ato pode, em grupos sociais ou tempos históricos distintos, ser permitido (por não conter nenhum impedimento legal), regulado por normas do direito privado ou proibido por regras do direito penal (SEDS, 2009, p 22).

Fala e acontecimento se constituem assim nos elementos de trabalho cotidiano das instituições de justiça e de segurança pública. Se colocam com um potencial de transformação e de ruptura a disposição dos atores institucionais.

É neste cenário complexo de inscrição de ações humanas enquanto situações criminais, de relações inter-institucionais, de construção e desconstrução de paradigmas dentro da Segurança Pública que os atores da Prevenção se colocam, às vezes como representantes institucionais, às vezes como porta-vos dos usuários, no exercício dialético de fazer convergir estas duas vertentes, sujeito-instituição.

#### **4. Entre as normatizações e subjetividades: a análise das ações da Prevenção**

As reflexões acima apresentadas poderão enriquecer a análise das práticas cotidianas nos Centros de Prevenção vividas pela gestora pesquisadora e técnica social do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Seus olhares da Psicologia somavam às reflexões sobre a criminalidade, violência, reincidência entre outras necessárias para compreender e atuar na Política. Além disso, ela contribuía para uma maior compreensão dos diversos atores.

A construção da Política de Prevenção traz consigo seus objetivos, aparatos teóricos e instrumentos de ação, transmitidos aos gestores e técnicos, sendo estes representantes diretos da Política junto aos atendidos. Um intercessor das metas do governo e das reais necessidades e desejos dos envolvidos. Os Centros de Prevenção representam o encontro do Sistema de Justiça, Segurança Pública e sujeitos, técnicos, gestores e usuários dos Programas. A Psicologia, então, com sua tentativa de compreender o histórico do acontecimento e apreender o indizível, reconhece múltiplos atores e com eles seus desejos, olhares e perspectivas.

No que se refere à equipe técnica interdisciplinar da Política, profissionais de diferentes formações acadêmicas realizam semelhantes ações. Suas opiniões acerca da criminalidade e violência são somadas às dos diretores, supervisores e coordenadores dos Programas e expressas diariamente na relação com o outro, seja ele o usuário do Programa ou os integrantes da equipe. Apesar da construção metodológica específica de cada Programa e das orientações e atendimentos de acordo com a formação acadêmica de cada profissional (sobretudo as áreas de Psicologia, Direito e Serviço Social), os Programas privilegiam a atuação dos técnicos de uma maneira global partindo de pressupostos gerais construídos com o olhar da Segurança Pública, com a experiência acumulada dentro de cada Programa e da Política como um todo. Isto, por um lado, facilita a intervenção multiprofissional, pois valoriza o papel autônomo de cada um, possibilitando aos mesmos irem além de sua formação, atuando como técnico social. Por outro lado é perceptível também a angústia de sustentar suas ações e intervenções em uma metodologia ainda em construção.

Os papéis de técnico social e gestor seguiam orientações por vezes ambivalentes, por vezes eram orientados a um rompimento das barreiras disciplinares, ou eram convidados a assumir o saber consolidado na formação junto ao usuário. Este, em determinadas situações, solicitavam algumas respostas e antecipavam suas expectativas e falas aos profissionais que lhe atendiam.

“É com o psicólogo que vou falar?”, esta fala, dita por um usuário enquanto aguardava atendimento na sala de espera do Centro de Prevenção de base municipal, é considerada significativa da rede de atores e sujeitos que entrelaça perspectivas, histórias e desejos. Assim, o que se fazia importante neste ínterim, principalmente no que diz respeito ao acolhimento do usuário, não eram as verdades dos acontecimentos, muitas vezes buscadas no campo jurídico para penalização, mas sim a verdade do próprio sujeito, que trazia um histórico, eclodido em um acontecimento criminal, como abordado pela Psicocriminologia.

Por meio do diálogo, principal instrumento de trabalho dos técnicos sociais dos Programas de Prevenção e gestor, é possível produzir possibilidades de transformações, tanto do sujeito, quanto do campo de atuação da Prevenção na Segurança Pública. E, no contexto da Política de Prevenção, a qual busca conquistar um espaço político e reflexivo dentro de um rígido campo, como o da segurança pública, os profissionais envolvidos são convidados a exercer muito mais do que uma escuta livre do sujeito.

Considerando a linguagem em seu sentido psicanalítico, como apresentado anteriormente, além dos ditos e do que é racionalmente compreensível, há uma multiplicidade de sentidos (FIGUEIREDO, 1994). O profissional da psicologia, coerente a esta compreensão do sujeito, ao invés de buscar o *por quê* do conflito, seja do ato criminal, da infração ou da demanda de mediação em um determinado contexto, e ao invés de responder prontamente a demanda do Sistema de Justiça, deve tentar reconhecer e interpretar “o não dito”, provocando uma ruptura com as falas comunicacionais do cotidiano. Desta forma, a linguagem como compreendida na situação analítica, contribui aos técnicos e gestor com uma melhor compreensão dos sujeitos e das instituições envolvidas.

Os encontros entre os profissionais dos Programas e seus usuários, a princípio individualizantes, permitem uma compreensão coletiva. Há que se afirmar o reconhecimento de que todo crime tem algo (e muito) a dizer sobre a nossa organização social e comunitária, sobre as nossas instituições, sobre os laços comunitários que estamos construindo e sem dúvida sobre o próprio processo de subjetivação.

Aos técnicos sociais, além da escuta e das respostas às necessidades explícitas trazidas pelos usuários dos Programas, eram solicitados relatórios que quantificavam e descreviam os encaminhamentos. Sem dizer sobre um denso formulário que permitia a compilação de dados e “qualificação das informações” sobre os usuários. Parecia que a Política começava a assumir um lugar próximo aos demais sistemas envolvidos na

criminalidade, pois seus recursos metodológicos poderiam indicar um perfilamento dos crimes e à produção de dados, como identificado por Wacquant (apud OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2009).

Neste íterim, questões importantes como a compreensão dos medos, dos anseios, do acontecimento como uma quebra de sentido e do entendimento daquele encontro com o técnico como uma possível reemergência de sentido, poderiam permanecer em segundo plano. E como já citado, a reemergência de sentido possibilita a reconstituição do passado e um descortinamento do futuro (FIGUEIREDO, 1994). Dessa forma, daria-se ao usuário a possibilidade de buscar compreender a si mesmo no contexto presente, reconstituir o passado, durante a passagem no sistema prisional, no meio familiar, em outras instituições da rede, em seus grupos, para reconhecer seu presente e descortinar o futuro e suas saídas.

A fala que percorria os Centros de Prevenção, ora era utilizada para construção de um formulário compilatório de dados, ora era utilizada à favor dos sujeitos envolvidos. A fala dos usuários dos Programas, além de ser utilizada para realização de encaminhamentos, era muitas vezes apresentada aos diversos atores da Justiça e da Secretaria de Defesa, seja em reuniões, fóruns ou Grupos de Intervenção Estratégica. Existia assim, um grande potencial de reconhecimento da particularidade da Política de Prevenção e de sua metodologia favorável à escuta do sujeito. É possível considerar um potencial político e militante em cada atendimento dos Programas.

Provavelmente, a lógica da quantificação e descrição, fora a lógica encontrada pelo usuário dos Programas em algumas instituições que percorreria, sejam elas da saúde, da educação, no sistema de justiça e sistema prisional. Considerando isto e a permanência da violência, a Política da Prevenção se constituiu como uma alternativa diferenciada de escuta deste sujeito.

No entanto, percebe-se um reenquadramento nesta lógica, ao solicitar as respostas imediatas às demandas do usuário, ao Sistema de Justiça ou à população, e quando solicitava a descrição de inúmeros formulários e relatórios por parte dos técnicos e gestor.

Há sem dúvida uma importância de ação política na quantificação e qualificação das informações através destes instrumentos. No entanto, quando eles sobrepõem e sufocam a prática profissional reflexiva e a escuta aberta dos usuários, comprometem o fundamento de transformação pensado através do próprio sujeito. Tanto o profissional, quanto o usuário se tornam a-sujeitados a práticas burocráticas. E o momento de estudo de caso, de produção e, assim, a ressignificação da própria atuação do profissional nesta Política podem se tornar cada vez mais distantes da prática diária dos profissionais. O

cuidado que a Política de Prevenção deve ter é do risco, de que a movimentação de transformação, de ruptura com o ciclo estabelecido, de instituinte, se transforme aos poucos em solidificação, em manutenção, em instituído (BAREMBLITT, 1996).

Neste movimento de construção e desconstrução do instituído, no caso dos Programas de Prevenção mineiros, cada proposta metodológica organiza a relação entre instrumentos burocráticos e produção reflexiva de uma maneira diferente. O "Fica Vivo!", por exemplo, distancia a burocracia do contato com o jovem, no qual o mesmo não é inscrito, não deve passar por entrevistas ou atendimentos específicos para participar das atividades, sendo o seu contato com o Programa voluntário e livre. Os relatórios solicitados às equipes são bastante abertos e convidam os técnicos à análise e reflexão. Já Programas como o CEAPA devido a sua configuração próxima e de complementariedade com as decisões e acompanhamentos judiciais, e devido às necessidades estratégicas do Programa, exigem a compilação de dados, preenchimento de formulários, registros, relatórios quantitativos e qualitativos e, sem dúvida, há menos espaço para as análises reflexivas.

Cada Programa vai ainda construindo seus instrumentos mediando esta relação entre a coleta de dados e a análise reflexiva e o potencial político e estratégico das informações como um todo.

O gestor, mais que o técnico, assiste e constrói em reuniões interinstitucionais os espaços de abertura que vão se criando em segurança pública para que a palavra do "autor" de crimes e delitos seja considerada como um instrumento de trabalho importante para que o mesmo possa ser incluído enquanto autor das estratégias de prevenção a criminalidade, autor de segurança pública, esfera comumente pouco aberta à prática participativa.

Questionar o papel dos atores e da Política de Prevenção como um todo é também ousar abrir possibilidades de avaliação das ações em Prevenção.

A reincidência, a reentrada no sistema prisional, a morte violenta dos usuários são considerados os indicadores mais impactantes em que se pode basear uma política de prevenção. Sem ignorar outros, mais qualitativos, como: acesso a direito dos usuários, melhoria na qualidade de vida, maior autonomia e possibilidade de participação no próprio processo. Os indicadores atuais mais claramente estabelecidos e cobrados (enquanto dados- metas) são aqueles voltados para o número de atendimentos, índice de cumprimento e finalização de pena e número de encaminhamentos à rede de proteção social. Alguns indicadores também eram utilizados para a realização de projetos baseados nos "principais delitos" (drogas, trânsito, gênero), ou "principais fatores de inclusão" (trabalho, por exemplo, para os egressos).

Ainda pensando nestes indicadores, é comum encontrar nos discursos em Segurança Pública os termos reincidência, “reincidentes” e “ficha criminal” do sujeito, sendo, portanto, um forte instrumento de pré-julgamento do sujeito e da pressuposição de risco, elementos que podem ser utilizados nos julgamentos e como justificativa para algumas ações. Ambrosi (apud VILLERBU, 2009), analisa o uso da terminologia “avaliação de risco” e conclui com a afirmação de que prever a periculosidade criminológica de um sujeito traz um problema ético de atentado à liberdade do outro.

Os indicadores, os termos e o compilado de dados, estavam presentes nos espaços da Política, mas, para alguns atores, o mais importante era não se silenciar ou conformar com a repetição da violência. Reconhecer que os números não traduziam as vidas, histórias e as nuances institucionais.

No entanto, apesar dos relatórios quantitativos e dos relatórios descritivos, da falta de tempo e espaço para a escuta livre do usuário e das respostas imediatas, neste encontro dos diversos Sistemas nos Centros de Prevenção, algo parecia se diferenciar. Enquanto alguns buscavam a verdade dos fatos, a repressão, a penalização, nos Centros havia um cuidado com o sujeito. Alguns usuários diziam o que não era dito em outros lugares, retornavam aos Centros sem que houvesse a obrigatoriedade e estabeleciam relações de confiança junto aos profissionais.

Considerando mais uma vez Figueiredo (1994), “dou uma pista para quem quiser escutar: não se trata de ouvir uma série de frases que enunciam algo; o que importa é acompanhar a marcha de um mostrar” (p. 64), assim, afirma-se novamente o papel da Psicologia no contexto de Segurança Pública, especificamente, na Política de Prevenção à Criminalidade. Entender as artimanhas institucionais, os não ditos do sujeito e das instituições, as histórias, as tentativas e fracassos, as expectativas explícitas e implícitas de cada ator, inclusive da própria Política de Prevenção à Criminalidade.

## **5. Conclusões. Em busca de mais reflexões**

Vale destacar que apesar da densidade e importância dos estudos em criminologia e segurança pública, a divergência de pontos de vista e opiniões é inevitável neste campo devido à complexidade que envolve cada acontecimento criminal. Para o usuário dos Programas, é também visível uma certa “incompreensão” e novidade diante do que é o acompanhamento possível dentro dos Programas. Normalmente, para os Programas PrEsp e CEAPA, um primeiro contato se dá via determinação judicial de acompanhamento do



mesmo pelas equipes como "cumprimento de pena/medida". É comum perceber que o usuário muitas vezes desconhece em princípio as possibilidades de auxílio dos Programas e vêm aos Centros de Prevenção como um equipamento a mais no seu percurso de pena. É necessário uma grande sensibilidade para superar as adversidades que se revelam desde o início deste encontro usuário e instituição.

Há uma adversidade que marca concomitantemente a história do sujeito e a história coletiva em um ato criminal. Há algo que diz de um limite de laços, de um limite do humano, de rupturas, riscos, tolerâncias e intolerâncias. A dificuldade reside em qualificar e categorizar estes elementos, como se fosse possível traçar certezas e prever riscos.

Seja enquanto psicólogo seja enquanto técnicos sociais há um importante papel nas instituições de Justiça e de Defesa Social que é ouvir as adversidades, as histórias únicas e particulares e reconhecer a importância da proteção e acompanhamento destas histórias. A produção e organização de dados quantitativos e qualitativos podem ter um alcance político importante para a Segurança Pública, no entanto a escuta livre do sujeito e o espaço da palavra não devem ser sufocado por esta estratégia.

Há visivelmente uma ousadia em fomentar uma participação, mesmo que indireta, dos usuários nas decisões políticas e estratégicas em Segurança Pública, e esta ousadia é marca forte na Política de Prevenção mineira. No entanto, é necessário assumir os recuos, os receios, as fragilidades que vão aparecendo no movimento de implantação do novo.

É ilusório pensar em uma completa aproximação prática aos ideais ousados traçados pela Política de Prevenção, um distanciamento destes ideais é visível e faz parte da dialética de mudança e transformação de qualquer movimento social. Este movimento dialético pode ser percebido em cada profissional, em cada conjuntura ou ação, cada elemento pode ser analisado segundo o seu lugar entre estes polos, entre um referencial já consolidado em Segurança Pública, repressivo, penalizador e autoritário, rumo à construção de outro polo-referencial: inovador, participativo, inclusivo, restaurador de vínculos. Esta análise poderia ser um referencial cotidiano, assumido e claro para cada trabalhador da Política, auxiliado pelo devido distanciamento do seu fazer e do seu dizer cotidiano. As capacitações podem ser momentos privilegiados para esta reflexão distanciada porém engajada e quando possível, militante.

Além da Política de Prevenção este novo referencial inovador está claramente presente em outras instituições, nos diversos outros campos de saber, mas carecem de análise, de aprofundamento reflexivo que suporte o grande desafio de mudança e de transformação.

## REFERÊNCIAS

- BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Roda dos Tempos, 1996.
- BAUMAN, Zigmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BIRMAN, Joel. **Dor e sofrimento num mundo sem mediação**. In: Estados Gerais da Psicanálise. 2º Encontro Mundial. Rio de Janeiro, 2003.
- COMISSÃO DE FORMAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA DO PrEsp. **O egresso do sistema prisional à inclusão social**. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2013. Disponível em <http://www.institutoelo.org.br/site/files/publications/6249f589266779f9bd30d6a403db544f.pdf>. Acesso em 11 set 2014
- FIGUEIREDO, Luís Cláudio. Fala e acontecimento em análise. Figueiredo, Luís Cláudio. **Escutar, recordar, dizer: encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica**. São Paulo: Educ./Escuta, 1994. p. 149-169.
- FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- HIRSCHELMAN-AMBROSI, Astrid. L'évaluation de la dangerosité: de quels dangers s'agit-il? In: VILLERBU, L. M. (Org). **Dangerosité et Vulnérabilité en Psychocriminologie**. Paris: L'Harmattan, 2003.
- HIRSCHELMAN, Astrid. **Cours Magistral Psycho-criminologie et victimologie : EF 3 Master 1 De la criminologie clinique aux cliniques criminologiques**. Année 2012-2013. Université de Rennes 2. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por natpalazzo@yahoo.com.br em 30 mai 2014.
- MASSON, Antoine. **Inscrire la transgression dans le lien, rite et reconnaissance**. 2005. Disponível em : < <http://www.sites.univ-rennes2.fr/icsh/>>. Acesso em : 25 mai 2013.
- OLIVEIRA, Kris Brettas e OLIVEIRA, Gleiber Gomes (Org.). **Olhares sobre a prevenção à criminalidade**. Belo Horizonte, Instituto Elo, 2009. Disponível em < OLIVEIRA, K.M. e OLIVEIRA, G. G. (ORG.). Olhares sobre a prevenção à criminalidade. 2009. Belo Horizonte, Instituto Elo.>. Acesso em: 19 set 2014.
- SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL. **Programa de Controle de Homicídio- Fica Vivo!** Belo Horizonte, 2009. Disponível em < <http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Programa-de-Controle-de-Homic%C3%ADios-%E2%80%93-Fica-Vivo.pdf>>. Acesso em: 21 set 2014.
- SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL. Superintendência de Prevenção a Criminalidade. **Prevenção Social à Criminalidade: A experiência de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Michele Duarte. Pertinência e peculiaridades de uma prática: a experiência de trabalho no Programa de Controle de Homicídio-Fica Vivo! **Responsabilidades**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 297-309, set. 2011/fev. 2012. Disponível em <Responsabilidades, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 297-309, set. 2011/fev. 2012>. Acesso em: 20 set 2014.

VILLERBU, Loick M. (Org). **Dangerosité et Vulnérabilité en Psychocriminologie**. Paris: L'Harmattan, 2003.

VILLERBU, Loick M. **Une modélisation opératoire des trajectoires existentielles pour une approche psychocriminologique: bioscopies**. 2008. Disponível em <<http://www.sites.univ-rennes2.fr/icsh/>> Acesso em: 01 jun 2013.

---

\* *Natália Bernardes Palazzo Buiatti*: Psicóloga, formada pela Universidade Federal de Uberlândia, especialista em Redação e Gestão de Projetos Comunitários pela Unitalsi (Torino, Itália), atuou como Psicóloga Social para a Secretaria Municipal de Segurança Pública entre 2003 e 2004 e como Gestora Social dos Centros de Prevenção à Criminalidade de Uberlândia entre 2012 e 2014, entre 2004 e 2012 trabalhou em diferentes ONGs em Projetos de Cooperação Internacional, de Arrecadação de Fundos, Educação e de Desenvolvimento Local.

*Natália Galdiano Vieira de Matos*: Graduação e mestrado pela Universidade Federal de Uberlândia. Atuou como psicóloga no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional para a Política de Prevenção a Criminalidade de Minas Gerais.

*Caio César Souza Camargo Prochno*: Possui mestrado em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da USP, e seu doutorado em Psicologia Social foi igualmente realizado naquele Instituto. Suas duas grandes linhas de pesquisa são "Corpo e Cultura" e "Filosofia do Corpo", as quais contém projetos de pesquisa, tais como: "Corpo e Consumo", "Análise Institucional do Corpo", "Corpo do Ator", "Nietzsche, Corpo e Potência". Terminou recentemente seu Pós-Doutorado na Universidade de Leipzig, Alemanha, com o tema da "loucura no corpo de Nietzsche", tendo sido orientado pelo prof. Dr. Christoph Türcke.